

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO PARA GERAÇÃO, TRANSMISSÃO

E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA Nº 010/1997 - ANEEL

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL**PROCESSO Nº 48500.000151/00-91**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO PARA GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, Nº 010/1997 – ANEEL, QUE CELEBRAM A UNIÃO E A COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA.

A UNIÃO, na condição de Poder Concedente, no uso da competência que lhe confere o art. 21, inciso XII, letra "b", da Constituição Federal, por intermédio da **AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL**, em conformidade com o disposto no inciso IV, art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, autarquia em regime especial, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.270.669/0001-29, com sede no SGAN, Quadra 603, módulo "J", Anexo, Brasília, Distrito Federal, neste ato representada por seu Diretor-Geral, José Mário Miranda Abdo, nos termos do inciso V, art. 10, Anexo I - Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, doravante designada simplesmente ANEEL, e a **COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA**, concessionária de serviço público de energia elétrica, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Edgar Santos, nº 300, bloco I, 2º Andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.139.629/0001-94, autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 48.161, de 08.05.1960, doravante designada simplesmente **CONCESSIONÁRIA**, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Presidente, José Ignácio Lázaro Estarta e por seu Diretor Erik da Costa Breyer, com interveniência do acionista controlador **GUARANIANA S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, nº 138, 13º Andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.083.200/0001-18., representada na forma de seu Estatuto Social, neste ato denominada apenas **ACIONISTA CONTROLADOR**, por este instrumento e na melhor forma de direito resolvem firmar o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO PARA GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA Nº 010/97-ANEEL, celebrado em 8 de agosto de 1997.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitue objeto deste PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 010/1997-ANEEL:

I - formalizar a incorporação pela CONCESSIONÁRIA da empresa NORDESTE PARTICIPAÇÕES S.A., nos termos e condições autorizados pela Resolução nº 195, de 7 de junho de 2000, publicada no D.O. de 8 de junho de 2000;

II - alterar a redação da Terceira Subcláusula da Cláusula Quinta – Encargos da Concessionária, bem como suprimir a Quarta Subcláusula da Cláusula Quinta, renumerando desta forma as demais Subcláusulas da Cláusula Quinta do Contrato de Concessão nº 010/97-ANEEL;

III - acrescentar a Sexta, a Sétima e a Oitava Subcláusulas à Cláusula Nona – Penalidades, do Contrato de Concessão nº 010/97-ANEEL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCORPORAÇÃO

Para formalizar a incorporação de sua controladora Nordeste Participações S.A., a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA se compromete a cumprir integralmente as seguintes obrigações:

I - manter contabilização separada de todos os valores refletidos na COELBA em função da incorporação, segregando-os das demonstrações econômicas e financeiras da concessionária e disponibilizando-os para a fiscalização da ANEEL, juntamente com as demais informações relacionadas e decorrentes da incorporação;

II - proceder a amortização do ágio objeto da incorporação, segundo a curva baseada na rentabilidade futura, e no prazo remanescente da concessão, conforme Anexo Único da mencionada Resolução nº 195/2000. A referida curva poderá ser revisada anualmente, a critério da ANEEL, por intermédio de sua Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, em função dos resultados realizados na COELBA, comparativamente aos dados projetados e apresentados nos estudos elaborados pela concessionária,

III - não considerar, em nenhuma hipótese, os reflexos da incorporação, para efeito de avaliação do equilíbrio econômico e financeiro da concessão, inclusive quanto aos custos a serem cobertos pela tarifa e os investimentos a serem remunerados, porquanto os mesmos não serão considerados, em nenhum momento, para fins de reajuste ou revisão tarifária.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA

A Cláusula Quinta – Encargos da Concessionária, do Contrato de Concessão nº 010/97-ANEEL, com as modificações introduzidas pelo item II da Cláusula Primeira deste Termo Aditivo passa a ter a seguinte redação:

“CLÁUSULA QUINTA – ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA

.....

Terceira Subcláusula – A CONCESSIONÁRIA fica obrigada a aplicar anualmente o montante de no mínimo um por cento de sua receita operacional líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do setor elétrico e em ações que tenham por objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e na

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	

forma em que dispuser a regulamentação sobre a matéria. Para o cumprimento desta obrigação a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar a ANEEL, anualmente, até a data de 30 de setembro, um Programa contendo as ações e suas metas físicas e financeiras, observadas as diretrizes estabelecidas para a sua elaboração, bem como a comprovação do cumprimento das obrigações junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

Quarta Subcláusula – A CONCESSIONÁRIA obriga-se a submeter à prévia aprovação do PODER CONCEDENTE qualquer alteração do Estatuto Social, transferência de ações ou quaisquer outros atos que impliquem mudança do controle acionário da sociedade.

CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

A Cláusula Nona do Contrato original passa a vigorar com a seguinte redação, acrescida das Subcláusulas Sexta, Sétima e Oitava:

“ CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

.....

Sexta Subcláusula – Na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas na CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCORPORAÇÃO do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 010/97-ANEEL, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita à multa sobre o valor do seu faturamento correspondente aos últimos 12 (doze) meses anteriores à lavratura do Auto de Infração, com a seguinte graduação:

- I – descumprimento dos incisos I e II, multa de até 1% (um por cento), e
- II – descumprimento do inciso III, multa de até 2% (dois por cento).

Sétima Subcláusula - Para fins do disposto na Sexta Subcláusula desta Cláusula, entender-se-á por valor do faturamento as receitas oriundas da venda de energia elétrica e prestação de serviços, deduzidos o valor do ICMS e do ISS inerentes a tal faturamento.

Oitava Subcláusula - O descumprimento das obrigações previstas na Terceira Subcláusula da Cláusula Quinta do Contrato nº 010/97, bem como das metas físicas estabelecidas no Programa anual, ainda que parcialmente, sujeitará a CONCESSIONÁRIA à penalidade de multa, limitada esta ao valor mínimo que deveria ser aplicado em Programa de Pesquisa e Desenvolvimento. Havendo cumprimento das metas físicas, sem que tenha sido atingido o percentual mínimo estipulado na mencionada Terceira Subcláusula da Cláusula Quinta, a diferença será obrigatoriamente acrescida ao montante mínimo a ser aplicado no ano seguinte, com as conseqüentes repercussões nos programas e metas”.

PROCURADORIA GERAL/ANEEL	
VISTO	

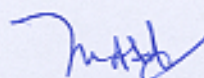
CLÁUSULA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições do Contrato de Concessão para Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica nº 010/97-ANEEL, celebrado em 8 de agosto de 1997, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Primeiro Termo Aditivo.

Assim, havendo sido ajustado, fizeram as partes lavrar o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, que são assinadas pelos representantes da ANEEL, da CONCESSIONÁRIA e do ACIONISTA CONTROLADOR, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas, para que produza os devidos fins e efeitos legais.

Brasília, 27 de Dezembro de 2002.

PELA ANEEL:



JOSÉ MÁRIO MIRANDA ABDO
Diretor-Geral

PELA CONCESSIONÁRIA:



JOSÉ IGNÁCIO LÁZARO ESTARTA
Diretor Presidente

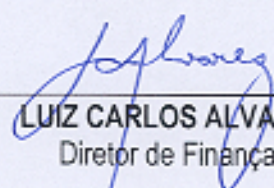


ERIK DA COSTA BREYER
Diretor de Economia Finanças e Relações com o Mercado

PELO ACIONISTA CONTROLADOR:

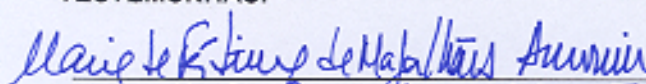


GILSON VELOSO PRADO
Diretor Presidente



LUIZ CARLOS ALVAREZ
Diretor de Finanças

TESTEMUNHAS:


Nome: **MARIA DE FÁTIMA DE MAGALHÃES AMORIM**
CPF: **060.165.455-20**


Nome: **JONDIR AMORIM NASCIMENTO**
CPF: **057.353.601-59**